



PARECER PRÉVIO Nº 22/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 2002/2006 (19 volumes).

Apensos: Processos nºs 38/2011, 2618/2016 e 4445/2005.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manicoré.

4- Exercício: 2005.

5- Responsável: Emerson Pedraca de Franca - Prefeito Municipal de Manicoré.

6- Parecer Prévio e Acórdão anterior nº 17/2013 (fls. 3850/3856).

7- Unidade Técnica: DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 612/2013-MP-EFCLP, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 3838/3840).

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manicoré. Exercício de 2005.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora que acatou, em sessão, o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das Contas Anuais do Sr. Emerson Pedraça de Franca, responsável pela Prefeitura Municipal de Manicoré, exercício de 2005, consoante ao art. 1º, inciso I, da Lei nº 2423/96 (LO-TCE/AM);

10.2. DETERMINAR à Câmara Municipal de Manicoré que proceda ao julgamento da presente prestação de contas, no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas, como determina o art. 127, §5º, §6º e §7º da Constituição do Estado do Amazonas.



PARECER PRÉVIO Nº 22/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- **Ata:** 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 4 de Abril de 2017
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 13.1. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello (art. 65 do Regimento Interno).
- 14- **Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro

MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO

Conselheiro-Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº22/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 2002/2006.

Apensos: Processos nºs 38/2011, 2618/2016 e 4445/2005.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manicoré.

4- Exercício: 2005.

5- Responsável: Emerson Pedraca de Franca - Ordenador de Despesa.

6- Unidade Técnica: DICAMI.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 612/2013-MP-EFCLP, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 3838/3840).

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manicoré. Exercício de 2005.

Irregularidade. Revelia. Multa. Alcance.
Recomendação. Determinação. Ilegalidade.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que acatou, em sessão, o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. Julgar Irregular** a Prestação de Contas do Sr. Emerson Pedraca de Franca, responsável pela Prefeitura Municipal de Manicoré, no curso do exercício 2005, nos termos art. 1º, inciso II c/c o art. 19, inciso II e art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c” da Lei nº 2.423/96;
- 9.2. Considerar Revel** o Sr. Emerson Pedraca de Franca, pelo não atendimento às notificações deste Tribunal no prazo estabelecido em lei, conforme de acordo com o parágrafo 4º, do art. 20 da Lei nº 2423/96, acrescentado pelo art. 1º, da Lei Complementar nº 114, de 23 de janeiro de janeiro de 2013;
- 9.3. Aplicar Multa** ao Sr. Emerson Pedraca de Franca no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil e setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do art. 1º, inciso XXVI c/c o art. 54, inciso II, ambos da Lei nº 2423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/02 RITCE, atualizada pela Res. nº 25 de 30 de agosto de 2012, devido a



ACÓRDÃO Nº22/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

permanência das restrições nos autos processuais, e assim, devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento às improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

- 9.4. Aplicar Multa** ao Sr. Emerson Pedraca de Franca no valor de R\$1.096,03 (mil e noventa e seis reais e três centavos), nos termos do art. 54, IV, da Lei nº 2423/96 c/c o art. 308, inciso II, da Res. nº 04/2002 TCE/AM, com a redação atualizada pela Res. nº 25 de 30 de agosto de 2012, pelas seguintes irregularidades: Intempestividade nos Registros Analíticos referentes ao exercício de 2005; Intempestividade dos Relatórios Resumidos de Execução e Orçamentária junto a esta Corte de Contas; Atraso no envio dos Relatórios semestrais de Gestão Fiscal; Intempestividade da Prestação de Contas do município em exame. Tal multa deve ser recolhida na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento às improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.5. Considerar em Alcance** o Sr. Emerson Pedraca de Franca no valor de R\$ 106.772,11 (cento e seis mil e setecentos e setenta e dois reais e onze centavos) em face dos lançamentos de receita a menor, a maior e ausência de receitas, em alusão as Transferências do Fundo Nacional de Saúde, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento às improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.6. Recomendar** a Prefeitura Municipal de Manicoré:
- 9.6.1.** Que as disponibilidades de caixa da Prefeitura sejam depositadas em Banco Oficial do Município (item IV.2 do Relatório-Voto), conforme o art. 156, § 2º da CE/89;
- 9.6.2.** Fazer planejamentos anuais de todas as despesas realizadas pelo município, no intuito de dar cumprimento às regras que disciplinam os procedimentos administrativos da Administração Pública;
- 9.6.3.** Observar os prazos legais para a remessa dos registros via ACP e Relatórios de Execução Orçamentária e Gestão Fiscal, nos moldes da Res. nº 07/2002 e Lei Complementar Estadual nº 06/91, redação atualizada pela Lei Complementar nº 24/2000.



ACÓRDÃO Nº22/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

9.7. Determinar a Secretaria do Tribunal Pleno para que:

9.7.1. Providencie o arquivamento dos autos de nº 4445/05 (comunicação/denúncia) em virtude do objeto desse processo estar sendo analisado nesta Prestação de Contas;

9.7.2. Envie Cópias dos autos ao Ministério Público Estadual, de acordo com o inciso XXVI do art. 1º, da Lei nº 2423/96, para que apure a responsabilidade e possível improbidade administrativa, conforme incisos V e XI, do art. 1º, do Decreto-Lei nº 201/67 e art. 10, VIII e IX, da Lei nº 8429/92, em razão das irregularidades demonstradas no Voto.

9.8. Julgar ilegais os termos de contratos, consoante não terem sido autuados em autos apartados, nos termos do art. 1º, inciso IX e art. 5º, inciso V, da Lei nº 2423/96 c/c art. 2º, § 1º, inciso V e art. 5º, IX, da Res. nº 04/2002, decorrentes de: Dispensa de licitação nº 02/2005; 03/2005, 04/2005, 05/2005; Inexigibilidade de Licitação nº 04/2005; Concorrências nº 02/2005, nº 03/2005 e nº 04/2005, realizadas pela Prefeitura Municipal de Manicoré à época.

10- Ata: 9ª Pauta Ordinária– Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 4 de Abril de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

12.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello (art. 65 do Regimento Interno).

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral